

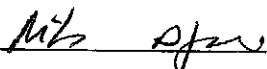
Certidão

Eu, **Rita Isabel Marçal Afonso**, colaboradora do Cartório Notarial de Eugénia Maria de Sousa Bessa e Silva, sito na Avenida de França, nº 20, sala 303 e por esta Notária devidamente autorizada para a prática deste acto;-----

-----**certifico** que a fotocópia apensa, composta de **dez folhas** devidamente numeradas e rubricadas, está conforme o original e foi extraída de folhas **quarenta e seis** a folhas **quarenta e nove** do Livro de Notas para Escrituras Diversas número **Cento e trinta e cinco - A**, deste Cartório.-----

-----*Porto, Cartório Notarial da Lic. Eugénia Bessa,*
sito na Avenida de França, nº 20, sala 303, aos
dezoito de Abril de dois mil e onze.-----

Pela Notária
(com delegação de poderes)
A Colaboradora



Rita Afonso

(Colaborador devidamente autorizado sob o nº 264/6 para a prática deste acto pela Notária Eugénia Bessa, conforme registo e autorização publicada no site da Ordem dos Notários em 31 de Janeiro de 2011, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei 26/2004 de 4 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Portaria 55/2011 de 28 de Janeiro.)

Acto registado sob o n.º PA 1320 /2011

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia dezoito de Abril de dois mil e onze, no Cartório Notarial de *Eugénia Maria de Sousa Bessa e Silva*, situado à Avenida de França, n.º 20, 3.º andar, sala 303, Porto, perante mim, Notária do mesmo, compareceram como outorgantes: ---

-----JOÃO BATISTA FERNANDES, casado, natural da freguesia e concelho de Vagos, com domicílio profissional na Praça da República, n.º 13, sexto andar direito, Porto, titular do bilhete de identidade n.º 5010492 emitido em 12/05/2008 pelos SIC do Porto; -----

-----o qual intervém neste acto na qualidade de **procurador** em representação da Associação: -----

-----**“EMBAR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS DE MADEIRA”**, com sede na Rua Álvares Cabral, 281, da freguesia de Cedofeita, do concelho do Porto, com número de identificação da pessoa colectiva **504.684.884**;

----- **Qualidade e poderes** que verifiquei por **procuração** que se **arquiva**. -----

-----Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do referido documento de identificação. -----

----- **E PELO OUTORGANTE NA INVOCADA QUALIDADE FOI DITO:** -----

----- Que na Assembleia-geral da referida Associação, por acta com o *número vinte e um de nove de Março de dois mil e sete*, foi aprovada a alteração dos artigos terceiro, sétimo, décimo

quarto e décimo nono dos Estatutos da dita Associação sua representada, e -----

----- Que na Assembleia-geral da referida Associação, por acta com o *número vinte e seis de oito de Abril de dois mil e nove*, com aditamento de dezoito de Abril de dois mil e onze foi aprovada a alteração da denominação da Associação de “EMBAR - Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Resíduos de Embalagens de Madeira”, para “EMBAR - Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e Resíduos de Madeira”, alterando-se desta forma a redacção do artigo primeiro dos estatutos. -----

----- Os artigos alterados passam a ter a seguinte redacção: ----

-----ARTIGO PRIMEIRO:-----

----- “É constituída, nos termos do Código Civil, uma associação sem fins lucrativos, de duração ilimitada, denominada Embar – Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e Resíduos de Madeira.” -----

-----ARTIGO TERCEIRO:-----

----- Um: Podem inscrever-se na Embar – Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e Resíduos de Madeira todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras que operem no domínio das embalagens de madeira, de acordo com o disposto nas alíneas d), e), f), g), h), i), j) e m) do nº 1 do artigo 2º do Decreto – Lei nº 366-A/97, de 20 de Dezembro, e bem assim as instituições e associações constituídas ao abrigo das pertinentes disposições do Código

----- e) auferir dos serviços e benefícios proporcionados pela
associação. -----

----- Dois: O associado aderente tem direito, mediante o pagamento duma quota mensal, a fixar no regulamento de quotizações, aos seguintes serviços da associação: -----

----- a) solicitar informações e estudos disponíveis de carácter geral sobre o sector; -----

----- b) receber, gratuitamente, todas as publicações periódicas editadas pela associação; -----

----- c) utilizar os serviços da associação, nos termos e condições a definir pela Direcção; -----

----- d) frequentar as instalações da sede e das delegações da associação; -----

----- e) participar nos eventos organizados pela associação. -----

----- Três: O associado aderente não tem direito ao património social nem ao exercício do direito de voto em assembleia geral e não pode ser eleito para qualquer órgão social. -----

-----ARTIGO DÉCIMO QUARTO: -----

----- Um: A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias. -----

----- Dois: A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária obrigatoriamente: -----

----- a) até trinta e um de Dezembro de cada ano, para apreciar e votar o plano de actividades e orçamento para o ano seguinte sob proposta da direcção e parecer do Conselho Fiscal; -----

----- b) até trinta e um de Março de cada ano para apreciar e votar o relatório, balanço e contas relativas ao exercício

135

anterior, a apresentar pela Direcção sob parecer do Conselho Fiscal; -----

----- c) bienalmente para eleições dos órgãos sociais em cumprimento do disposto no número três do artigo décimo primeiro dos estatutos. -----

----- Três: A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária sempre que a sua convocação seja requerida, devidamente fundamentada, pela Direcção, pelo Conselho fiscal ou por vinte por cento dos associados. -----

----- Quatro: A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da mesa ou por quem o substitua, em caso de impedimento, por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de oito dias; no aviso indicar-se-á o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

----- Cinco: A assembleia não pode deliberar, em primeira convocatória, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados. A assembleia funcionará, em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada, com qualquer número de associados. -----

----- Seis: As deliberações da Assembleia, salvo o disposto no número seguinte, são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes. -----

----- Sete: As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes; as deliberações sobre a dissolução ou

prorrogação da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados. -----

-----ARTIGO DÉCIMO NONO: -----

----- Compete à Direcção: -----

----- a) representar a associação em juízo e fora dele; -----

----- b) definir, orientar e executar o plano de actividades, aprovado em Assembleia Geral; -----

----- c) elaborar o plano de actividades e o respectivo orçamento a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal; -----

----- d) elaborar o relatório, balanço e contas, acompanhado de Parecer do Conselho Fiscal, a submeter à Assembleia Geral; ----

----- e) contratar e fazer cessar o vínculo laboral de trabalhadores e fixar as respectivas remunerações; -----

----- f) requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgado conveniente; -----

----- g) admitir e excluir associados; -----

----- h) admitir e excluir o associado aderente desde que a sua actuação afecte gravemente o prestígio da associação ou do sector; -----

----- i) elaborar o regulamento de quotização a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral; -----

----- j) praticar todos os actos tendentes à promoção e defesa dos associados e julgados convenientes à realização dos fins da associação. -----

----- A presente Associação regular-se-á pelas disposições

legais aplicáveis e pelos estatutos constantes de um **documento complementar** anexo elaborado nos termos do n.º2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que expressamente declara conhecer e aceitar e que faz parte integrante desta escritura, documento esse que se **arquiva**. -----

----- **ASSIM O DECLAROU E OUTORGOU.** -----

----- **ARQUIVA-SE:** -----

-----a) Certificado de admissibilidade de firma adoptada e do correspondente objecto, com o código nº0046-8326-2708, com o número 2011017011, emitido em 05/04/2011 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, válido até 05/07/2011; -----

-----b) acta da assembleia geral com o *número vinte e um de nove de Março de dois mil e sete*; -----

-----c) acta da assembleia geral com o *número vinte e seis de oito de Abril de dois mil e nove*, com aditamento de dezoito de Abril de dois mil e onze. -----

-----Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo ao outorgante. -----

[Signature]
----- *Ant. Patrícia Fernandes* -----

A Notária,

[Signature]
----- *Eugénia* -----

Registo n.º PA 1320 /2011 *m*

135-0 34 46
106
F. 27
28 - 21
16
17

DOCUMENTO COMPLEMENTAR elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código de Notariado, que integra a escritura lavrada a folhas quarenta e seis, do livro cento e trinta e cinco A, do Cartório Notarial de Eugénia Maria de Sousa Bessa e Silva. -----

ESTATUTOS DA EMBAR
Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e
Resíduos de Madeira

Capítulo Primeiro

Artigo 1º

É constituída, nos termos do Código Civil, uma associação sem fins lucrativos, de duração ilimitada, denominada Embar – Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e Resíduos de Madeira.

Artigo 2º

A Embar tem a sua sede no Porto, Rua Álvares Cabral, 281, da Freguesia de Cedofeita, do Concelho do Porto, podendo, por decisão da Assembleia Geral, transferi-la para qualquer outro local.

Artigo 3º

1. Podem inscrever-se na Embar – Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Embalagens e Resíduos de Madeira todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras que operem no domínio das embalagens de madeira, de acordo com o disposto nas alíneas d), e), f), g), h), i), j) e m) do nº 1 do artigo 2º do decreto – Lei nº 366-A/97, de 20 de Dezembro, e bem assim as instituições e associações constituídas ao abrigo das pertinentes disposições do Código Civil ou do Decreto – lei nº 215-C/75, de 30 de Abril, desde que o solicitem e obtenham a sua admissão nos termos dos presentes estatutos.

2. Os inscritos na Embar ao abrigo do nº 1 do presente artigo são designados de “ associados efectivos “.

3. Nos presentes estatutos a referência a associado ou associados deve entender-se como o associado efectivo referido no nº 2 deste artigo.

4. A Direcção pode atribuir a qualidade de associado aderente a todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, não incluídas no âmbito do nº 1 do presente artigo, desde que o solicitem, por escrito, e cuja actividade esteja, directa ou indirectamente, com ele conexas.

Artigo 4º

1. A Embar goza de personalidade jurídica e tem por objecto:

- a) representar e defender, junto de qualquer organismo nacional ou estrangeiro, os interesses colectivos das empresas produtoras e/ou recuperadoras de embalagens de madeira, tendo em vista a recolha, recuperação, reciclagem, valorização e promoção dos resíduos das embalagens de madeira;
- b) promover e divulgar estudos de natureza económica, financeira, científica, técnica ou tecnológica ou outros, conexos com a valorização e utilização dos resíduos de embalagens de madeira;
- c) aderir ou implementar a instalação e funcionamento de um sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens de madeira;
- d) cooperar com a administração central e local e com organismos de direito público ou privado com vista à consecução das finalidades associativas;
- e) contribuir para a recolha e valorização das embalagens de madeira usadas, assim como de outros resíduos de embalagens de madeira susceptíveis de serem reciclados;
- f) garantir, em conjunto com organismos competentes, constituídos ou a constituir, o escoamento dos desperdícios das embalagens de madeira recuperadas, tendo em vista a sua valorização;
- g) conceder a utilização de marcas de que seja titular aos operadores económicos, referidos no artigo 3º, contra o pagamento de uma verba por unidade de embalagem que coloque no mercado, de forma a que os

seus produtos possam participar nos sistemas que tornem possível o seu reaproveitamento, nomeadamente garantindo a sua reciclagem,

h) cooperar com os outros sistemas de gestão de resíduos de embalagens, tendo em vista a mútua reciprocidade na utilização das respectivas marcas;

i) tomar todas as iniciativas que se revelem de interesse para os associados;

2. A Associação poderá realizar o seu objecto directamente ou, parcialmente, através de outras entidades.

Artigo 5º

Para a consecução dos seus objectivos a Embar poderá:

a) filiar - se em outras associações nacionais e/ou estrangeiras que persigam os objectivos desta associação;

b) participar na constituição de entidades a que se refere o artigo 5º, nº 2, do Decreto - lei nº 366-A/97, de 20 de Dezembro, responsáveis pela gestão integrada dos resíduos de embalagens, ainda que esta revista a natureza de sociedade anónima e adquirir a qualidade de seu accionista.

Capítulo Segundo

Associados

Artigo 6º

A admissão de associados é da competência da Direcção, devendo o correspondente pedido ser efectuado pelos interessados através de carta dirigida ao Presidente da Direcção.

A Direcção informará, por escrito, o interessado da deliberação tomada, no prazo máximo de trinta dias após a recepção do pedido de filiação.

Artigo 7º

1. São direitos dos associados:

a) tomar parte na assembleia geral;

b) eleger e ser eleito para os órgãos sociais da associação;

- c) requerer a convocação da assembleia geral, nos termos da lei e dos estatutos;
- d) formular e apresentar sugestões ou propostas tendentes à realização das finalidades estatutárias;
- e) auferir dos serviços e benefícios proporcionados pela associação.

2. O associado aderente tem direito, mediante o pagamento duma quota mensal, a fixar no regulamento de quotizações, aos seguintes serviços da associação:

- a) solicitar informações e estudos disponíveis de carácter geral sobre o sector;
- b) receber, gratuitamente, todas as publicações periódicas editadas pela associação;
- c) utilizar os serviços da associação, nos termos e condições a definir pela Direcção;
- d) frequentar as instalações da sede e das delegações da associação;
- e) participar nos eventos organizados pela associação.

3. O associado aderente não tem direito ao património social nem ao exercício do direito de voto em assembleia geral e não pode ser eleito para qualquer órgão social.

Artigo 8º

São deveres dos associados:

- a) pagar pontualmente a jóia, quota e taxa de prestação de serviços que forem fixados;
- b) aceitar e exercer o desempenho de cargos sociais e, em geral, colaborar na concretização dos objectivos da associação;
- c) contribuir para o bom funcionamento da associação.

Artigo 9º

1. Por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, perdem a qualidade de associados os que:

- a) violem os seus deveres para com a associação;
- b) estejam em débito, a qualquer título, há mais de três meses perante a associação;
- c) o solicitem por escrito.

2. A deliberação tomada ao abrigo da alínea a) do número anterior será necessariamente precedida de instauração de processo disciplinar.

Artigo 10º

1. As infracções aos deveres estatutários que, pela sua menor gravidade, não conduzam à perda da qualidade de associado são puníveis com as seguintes sanções:

- a) censura simples;
- b) advertência;
- c) multa no equivalente à quotização mínima de seis meses até ao limite de cinco anos;
- d) suspensão;

2. Quanto ao processo, e no âmbito da competência da Direcção, a aplicação das sanções referidas no número 1 fica sujeita ao disposto no artigo 9º, nº 2.

Capítulo Terceiro

Dos Órgãos Sociais

Artigo 11º

1. São órgãos sociais da Embar - Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Resíduos de Embalagens de Madeira - a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

2. A duração dos mandatos dos associados eleitos para o exercício das funções dos órgãos referenciados em 1. é de dois anos, renováveis.

3. As eleições realizam-se, no prazo máximo de sessenta dias após a provação das contas relativas ao último ano do mandato dos órgãos sociais cessantes.

Artigo 12º

A Assembleia Geral representa a universalidade dos associados, tendo as suas deliberações força vinculativa para todos os associados, nos termos da lei e dos estatutos.

Artigo 13º

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por três membros eleitos pela Assembleia de entre todos os associados.
2. Os associados eleitos desempenham as funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário.

Artigo 14º

1. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária obrigatoriamente:
 - a) até trinta e um de Dezembro de cada ano, para apreciar e votar o plano de actividades e orçamento para o ano seguinte sob proposta da direcção e parecer do Conselho Fiscal;
 - b) até trinta e um de Março de cada ano para apreciar e votar o relatório, balanço e contas relativos ao exercício anterior, a apresentar pela Direcção sob parecer do Conselho Fiscal;
 - c) bienalmente para eleições dos órgãos sociais em cumprimento do disposto no número três do artigo décimo primeiro dos estatutos.
3. A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária sempre que a sua convocação seja requerida, devidamente fundamentada, pela Direcção, pelo Conselho fiscal ou por vinte por cento dos associados.
4. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da mesa ou por quem o substitua, em caso de impedimento, por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de oito dias; no aviso indicar-se-á o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.
5. A assembleia não pode deliberar, em primeira convocatória, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados. A assembleia funcionará, em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada, com qualquer número de associados.
6. As deliberações da Assembleia, salvo o disposto no número seguinte, são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.
7. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes; as deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

Artigo 15º

São atribuições da Assembleia Geral:

- a) eleger a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal;
- b) deliberar sobre a alteração dos estatutos;
- c) apreciar e votar o plano de actividades e o orçamento e bem assim o relatório, balanço e contas do respectivo exercício;
- d) destituir os titulares de órgãos sociais que violem os estatutos ou os regulamentos internos ou pratiquem actos atentatórios do prestígio e do bom nome da associação;
- e) apreciar e votar os regulamentos internos julgados necessários e adequados ao bom funcionamento da associação;
- f) apreciar e votar o regulamento de quotização e outras prestações extraordinárias;
- g) deliberar sobre a extinção da associação;
- h) pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas nos termos legais e estatutários.

Artigo 16º

1. Cada associado tem direito a um voto.
2. O associado pode fazer-se representar na Assembleia Geral por outro associado mediante credencial emitida para o efeito e entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral antes do seu início.
3. Nenhum associado poderá ser portador de mais de cinco mandatos, excluindo o do próprio.

Artigo 17º

1. As eleições para os órgãos sociais são realizadas por escrutínio secreto e em listas separadas para cada órgão.
2. Qualquer associado, desde que se encontre no pleno gozo dos seus direitos associativos, pode propor a candidatura de uma lista a submeter a sufrágio.
3. As propostas de candidatura devem ser feitas por escrito e em separado para cada um dos órgãos a eleger e conterem a assinatura de aceitação de todos os propostos.

4. As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até quinze dias antes da data designada para o acto eleitoral.

Artigo 18º

1. A Direcção é composta por um número impar de membros, no mínimo de três e no máximo de sete, eleitos em Assembleia Geral, cabendo à associada aimmp sempre o cargo de Vice - Presidente.

2. Os membros da Direcção, no prazo máximo de oito dias após a eleição, reunirão para, entre si, procederem à designação dos cargos de Presidente, Vice - Presidente e Tesoureiro, sendo os restantes considerados vogais.

Artigo 19º

Compete à Direcção:

- a) representar a associação em juízo e fora dele;
- b) definir, orientar e executar o plano de actividades, aprovado em Assembleia Geral;
- c) elaborar o plano de actividades e o respectivo orçamento a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal;
- d) elaborar o relatório, balanço e contas, acompanhado de Parecer do Conselho Fiscal, a submeter à Assembleia Geral;
- e) contratar e fazer cessar o vínculo laboral de trabalhadores e fixar as respectivas remunerações;
- f) requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgado conveniente;
- g) admitir e excluir associados;
- h) admitir e excluir o associado aderente desde que a sua actuação afecte gravemente o prestígio da associação ou do sector;
- i) elaborar o regulamento de quotização a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral;
- j) praticar todos os actos tendentes à promoção e defesa dos associados e julgados convenientes à realização dos fins da associação.

Artigo 20º

1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direcção.

2. A Direcção podera delegar em tecnicos qualificados, através de credencial com poderes especificos para o efeito, o exercicio de determinados actos.

Artigo 21º

1. A Direcção reúne, em princípio, uma vez por mês, sob convocatória do Presidente, sendo indispensável para deliberar a presença da maioria dos seus membros, tendo o presidente voto de qualidade, em caso de empate.

2. Cada membro da Direcção tem direito a um voto.

Artigo 22º

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais, eleitos pela Assembleia Geral de entre os associados.

2. O Conselho Fiscal reúne, em princípio, trimestralmente ou quando convocado pelo seu Presidente, pelo Presidente da Direcção ou pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 23º

São competências do Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar os actos da Direcção da Associação;
- b) examinar periodicamente a contabilidade da associação;
- c) elaborar pareceres sobre o relatório, balanço e contas e bem assim sobre o orçamento para o ano seguinte, a submeter pela Direcção à Assembleia Geral;
- d) requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária sempre que o julgue conveniente;
- e) assistir às reuniões da Direcção da associação sempre que seja julgado oportuno ou lhe seja solicitado pela Direcção mas sem direito a voto;
- f) emitir parecer sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Direcção ou outro órgão social da associação.

Artigo 24º

1. O Conselho fiscal reúne ordinariamente duas vezes por ano para efeitos do previsto nas alíneas a) e b) do artigo 14º conjugado com as alíneas c) e d) do artigo 19º dos estatutos e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, designadamente, para apreciação das contas, documentos e valores.
2. O Conselho Fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 25º

Poderão ser criados pela Direcção com carácter temporário ou permanente, comissões de acompanhamento de temas específicos dentro dos estatutariamente pertinentes.

Capítulo Quarto

Receitas

Artigo 26º

Constituem receitas da associação:

- a) as jóias, quotas e outras prestações pagas pelos associados, a fixar pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção;
- b) o pagamento de serviços prestados;
- c) quaisquer subsídios ou donativos que lhe forem atribuídos para a prossecução dos fins estatutários.

Artigo 27º

São encargos da Embar as despesas decorrentes das suas actividades e funcionamento.

Artigo 28º

1. A extinção da Associação por deliberação da Assembleia Geral exige o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.
2. Em tudo quanto não previsto nos presentes estatutos aplica-se o disposto nos artigos 157º e 184º do Código Civil.

Capítulo Quinto

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 29º

111

1. Enquanto não forem eleitos os Órgãos Sociais da Associação, é da competência da Comissão instaladora a execução dos actos atribuídos à Direcção.
2. A Comissão Instaladora promoverá, num prazo não superior a cento e vinte dias após a publicação dos Estatutos, a realização da primeira reunião da Assembleia Geral para proceder à eleição dos Órgãos Sociais.
3. A Comissão Instaladora cessa funções na data da tomada de posse dos membros dos Órgãos Sociais eleitos.
4. Para obrigar a associação até à tomada de posse dos membros dos órgãos sociais são bastantes duas assinaturas dos membros da Comissão Instaladora, sendo uma delas obrigatoriamente a da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, representada por Pedro Nuno Crava Ferreira de Sousa Ribeiro, Presidente da Direcção.

o. c. *Scute Fernando*,

A Notaria:

João - Luis